

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 2 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 3 |
| 5.4 - Alterações significativas | 4 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 5 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 11 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 12 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 13 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 14 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 18 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 19 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 20 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 21 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Riscos de a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de Juros

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios e no valor de mercado das ações da Companhia.

Os negócios da Companhia, bem como o valor de mercado das ações podem ser afetados materialmente por quaisquer riscos relacionados às condições políticas e econômicas do país. Além desses, outros riscos adicionais irrelevantes ou não conhecidos pela Battistella também podem afetar os seus negócios e o valor de suas ações.

A Battistella é uma Companhia que atua nos segmentos de Veículos Pesados, Logística e Madeiras e seus derivados. Pelas operações significativas nesses três segmentos, está exposta a riscos associados a esses mercados, que podem ter um efeito adverso para a Companhia. Os setores de comercialização de veículos pesados, de logística e de madeiras no Brasil, são altamente competitivos. A Companhia, portanto, considera como prioridade uma gestão de risco eficaz que atenda as necessidades operacionais e administrativas.

O Governo brasileiro frequentemente intervém na economia e opera mudanças em sua política, com ações e medidas para controle da inflação, controle das taxas de juros, controle sobre os preços, valorização da moeda, políticas fiscais, entre outros, o que pode influenciar significativamente a economia no Brasil, e muitas vezes afetar economicamente os resultados operacionais da Companhia.

Os fatores citados acima podem afetar significativamente o mercado de valores mobiliários brasileiro, e, conseqüentemente limitar significativamente a capacidade de investidores de vender as ações pelo preço e no momento desejado.

A Companhia não está exposta a riscos cambiais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a riscos relevantes****a. Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia adota a política de hedge para suas operações de exportação, através da contratação de ACC (adiantamento de contratos de câmbio)

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota como norma a não exposição de seus passivos e ou ativos a descasamento de moedas, haja vista a maioria de suas receitas serem em Reais.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não há parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício**

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 Comentários dos diretores/10.1.1 Condições financeiras/patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção da Administração sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

Este relatório tem como objetivo informar sobre a situação e desempenho das unidades de negócio e respectivos negócios setoriais, procurando dar a melhor visão possível sobre a situação corrente e perspectivas das atividades e resultados das empresas integrantes da Companhia.

Os resultados da empresa Itapoá Terminais Portuários S.A. e da empresa Portinvest Participações S/A, em atendimento ao CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, e com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para o Porto Itapoá quanto para a Portinvest, são classificados como “Empreendimento em Conjunto”. Desta forma, os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial.

Seguem principais fatos administrativos ocorridos no exercício findo:

Emissão de debêntures

No empreendimento em conjunto, Itapoá Terminais Portuários, em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures com as instituições bancárias credoras BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A..

Venda de ativos

Em 20 de dezembro de 2013, foi alienado o imóvel urbano localizado em São José dos Pinhais/PR, pelo montante de R\$ 22.080 para O.G. Administração de Bens Ltda, gerando ganho contábil de R\$ 13.000. No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre O.G. Administração de Bens Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário. Neste imóvel está instalada a sede da Companhia e a principal unidade do negócio de revenda Scania.

Desempenho econômico financeiro:

Resultado - Consolidado

| RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO | 2013 | 2012 | Var % |
|--|------------------|-----------------|--------------|
| Receita Líquida de Vendas de Bens e/ou Serviços | 1.193.451 | 789.062 | 51% |
| (-) Custos dos Bens e/ou Serviços vendidos | (1.067.104) | (695.888) | 53% |
| Lucro Bruto | 126.347 | 93.174 | 36% |
| Despesas com Vendas | (32.781) | (25.917) | 26% |
| Despesas Gerais e Administrativas | (68.192) | (79.397) | -14% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 37.605 | 64.956 | -42% |
| Despesas financeiras líquidas | (53.883) | (50.393) | 7% |
| Equivalência s/investimentos em conjunto | (12.249) | (29.553) | -59% |
| Resultado antes do IR/CSLL | (3.153) | (27.130) | -88% |
| Imposto Renda e Contribuição Social correntes | (787) | (7.224) | -89% |
| Imposto Renda e Contribuição Social diferidos | 31.415 | 167 | 18711% |
| Lucro (Prej) do período operações descontinuadas | - | 28 | 0% |
| Lucro (Prejuízo) do período | 27.475 | (34.159) | -180% |
| Resultado atribuído a sócios não Controladores | - | 6 | 0% |
| Resultado atribuído a sócios Controladores | 27.475 | (34.153) | -180% |

Receita Operacional Líquida:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve considerável acréscimo da ROL do segmento veículos pesados em 2013, em comparação a 2012. Isso decorre do aumento nas vendas em virtude do aquecimento do setor pelos investimentos em infraestrutura e safra recorde de grãos. Além disso, em 2012 esse segmento de mercado havia sofrido por conta da implantação da tecnologia Euro 5 (em substituição ao Euro 3).

| | | |
|------------------------|-------|-------|
| Percentual sobre a ROL | 2,75% | 3,28% |
|------------------------|-------|-------|

| | | |
|------------------------|-------|--------|
| Percentual sobre a ROL | 5,71% | 10,06% |
|------------------------|-------|--------|

Em 2013 as despesas administrativas correntes representaram 5,71 % da ROL, versus 10,06 % em 2012, devido ao decréscimo da ROL.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A variação na conta “Honorários Profissionais” em comparativo a 2012 decorre da contratação, nesse ano, de serviços de consultoria advocatícias e outras consultorias para efetivação do projeto Mobasa.

Outras Receitas (despesas) operacionais

| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 2013 | 2012 | AH |
|--|---------------|---------------|----------------|
| Baixa/alienação de investimento | (1.356) | 86.302 | |
| Contingências | 10.605 | (22.047) | |
| Baixa/alienação do ativo imobilizado | 19.935 | 8.397 | |
| Recuperação de custos e despesas | 2.433 | 473 | |
| Multas | (1.889) | (103) | |
| Outras receitas e (despesas) operacionais | 7.877 | (8.066) | |
| Total | 37.605 | 64.956 | -42,11% |

A baixa/alienação de investimento refere-se à venda, pela Battistella Indústria e Comércio Ltda., das ações da empresa Mobasa.

Contingências: Em 2012 refere-se principalmente ao valor de R\$ 15.053 de provisão para contingência cível de três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Indústria e Comércio e; R\$ 3.499 de contingências tributárias, referente a Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000. Em 2013 houve formalização de acordo de uma dessas três ações ordinárias, no valor de R\$ 6.839.

Em 2013, os valores referente alienação de imobilizado referem-se principalmente à venda do imóvel de São José dos Pinhais/PR, em 20 de dezembro de 2013, cujo impacto no resultado é de R\$ 13.004. O imóvel foi vendido para O.G. Administração de Bens Ltda.

EBITDA – Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

| EBITDA | 2013 | | 2012 | |
|---|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | | % s/Rol | | % s/Rol |
| Lucro Bruto | 126.347 | 10,59 % | 93.174 | 11,81 % |
| <u>Despesas operacionais</u> | | | | |
| Despesas com vendas | (32.781) | -2,75% | (25.917) | -3,28% |
| Despesas Gerais Administrativas | (68.192) | -5,71% | (79.397) | -10,06% |
| Resultado Financeiro - Rec (Desp) | (53.883) | -4,51% | (50.393) | -6,39% |
| Outras Rec (Desp) operacionais | 37.605 | 3,15% | 64.956 | 8,23% |
| IRPJ e CSLL | 30.628 | 2,57% | (7.057) | -0,89% |
| Equivalência patrim control em conjunto | (12.249) | -1,03% | (29.553) | -3,75% |
| Resultado operações descontinuadas | - | 0,00% | 28 | 0,00% |
| (=) Lucro (Prej.) do Exercício | 27.475 | 2,30 % | (34.159) | -4,33 % |
| (+) IR e CSLL | (30.628) | -2,57% | 7.057 | 0,89% |
| (+/-) Resultado Financeiro | 53.883 | 4,51% | 50.393 | 6,39% |
| (+) Deprec, amort e exaustão | 5.434 | 0,46% | 27.009 | 3,42% |
| EBITDA | 56.164 | 4,71 % | 50.300 | 6,37 % |

| | | |
|--|------------------|----------------|
| Rol - Receita Operacional Líquida | 1.193.451 | 789.062 |
|--|------------------|----------------|

O acréscimo do EBITDA em 2013 em relação a 2012 decorre principalmente do aumento do lucro bruto. O segmento de venda de veículos pesados apresentou resultados positivos nas vendas, conforme indicado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Quantidades Faturadas | 2012 | 2013 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Caminhões Pesados | 1.586 | 2.972 |
| Caminhões Semipesados | 258 | 238 |
| Ônibus | 116 | 67 |
| Total | 1.960 | 3.277 |

Desempenho Econômico financeiro

Caixa, Bancos e Endividamento Líquido:

| ENDIVIDAMENTO | 2013 | 2012 | Variação |
|---|----------------|----------------|---------------|
| DISPONIBILIDADES | 26.441 | 26.068 | 373 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 9.623 | 24.725 | (15.102) |
| Aplicações Financeiras - garantidores | 16.818 | 1.343 | 15.475 |
| ENDIVIDAMENTO | 294.872 | 246.690 | 48.182 |
| Empréstimos | 92.886 | 70.867 | 22.019 |
| Debêntures | 76.296 | 89.111 | (12.815) |
| Operações Vendedor e Venpec | 125.690 | 86.712 | 38.978 |
| ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO | 268.431 | 220.622 | 47.809 |
| Endividamento líquido (sem Vendedor e Venpec) | 142.741 | 133.910 | 8.831 |
| Operações Vendedor e Venpec | 125.690 | 86.712 | 38.978 |

Dentre o endividamento das empresas controladas, em 2013, R\$ 125.690 (R\$ 86.712 em 2012) referem-se a operações de Vendedor - financiamento do fornecedor Scania. Sobre a ótica do endividamento líquido, sem as operações de Vendedor, a Companhia registrou um acréscimo de R\$ 8.831 em 2013 em relação a 2012.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em relação ao resgate de ações em razão da Companhia não possuir ações resgatáveis.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Ver tópico “Desempenho econômico financeiro/Caixa, Bancos e Endividamento líquido”.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

| Descrição | Taxa de | Indexador | Modalidade | Vencimento | Controladora | | Consolidado | | |
|--|-------------|------------|-----------------|------------|--------------|------------|-------------|------------|------------|
| | Juros Anual | | | | Final | 31.12.2013 | 31.12.2012 | 31.12.2013 | 31.12.2012 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | | | | |
| Financiamentos | | | | | | | | | |
| Banco do Estado R.Grande Sul | 13,42% | USD | ACC | 27.05.14 | - | - | 2.371 | 516 | 456 |
| | | | | | - | - | 2.371 | 516 | 456 |
| Moeda Nacional | | | | | | | | | |
| Financiamentos | | | | | | | | | |
| Banco Votorantim S/A | 16,60% | CDI | Capital de Giro | 29.05.14 | 3.002 | 7.574 | 3.002 | 7.574 | 7.909 |
| Banco Safra S/A | 20,03% | CDI | Capital de giro | 25.04.16 | 20.825 | 4.921 | 20.825 | 4.921 | 11.338 |
| Banco do Brasil S/A | 15,45% | CDI | Capital de Giro | 20.08.15 | - | - | - | - | 7.836 |
| BES - Investimento do Brasil | 15,34% | CDI | Capital de Giro | 31.07.12 | - | - | - | - | 9.581 |
| Banco ABC Brasil S/A | 15,94% | CDI | Capital de Giro | 04.03.15 | 10.088 | - | 10.088 | - | 8.941 |
| Banco do Estado R.Grande Sul | 16,91% | CDI | Capital de Giro | 03.12.16 | 21.943 | 27.984 | 22.246 | 27.984 | 23.064 |
| Banco Industrial e Comercial S/A | 20,65% | CDI | Capital de Giro | 01.12.14 | 4.431 | 4.074 | 4.431 | 4.074 | 5.285 |
| Banco Mercantil do Brasil S/A | 25,40% | CDI | Capital de Giro | 28.03.14 | 8.563 | 10.200 | 8.563 | 10.200 | 7.272 |
| Banco Sofisa S/A | 17,11% | CDI | Capital de Giro | 17.10.13 | - | 1.640 | - | 1.640 | 5.647 |
| Banco BVA S/A | 14,43% | CDI | Capital de Giro | 24.04.14 | 682 | 2.682 | 682 | 2.682 | 4.603 |
| Banco Fibra S/A | 14,45% | CDI | Capital de Giro | 13.12.13 | - | 5.543 | - | 5.543 | 4.197 |
| Banco Daycoval S/A | 20,32% | CDI | Capital de Giro | 26.01.15 | 3.181 | 3.861 | 3.181 | 3.861 | 7.188 |
| Parana Banco S/A | 21,03% | CDI | Capital de Giro | 27.11.14 | 10.086 | - | 10.086 | - | 5.340 |
| Banco Brickell S/A | 20,32% | CDI | Capital de Giro | 31.03.14 | 3.044 | 1.212 | 3.044 | 1.212 | - |
| Banco Panamericano S/A | 16,60% | CDI | Capital de Giro | 28.08.14 | 2.668 | - | 2.668 | - | - |
| Banco BCV S/A | 19,60% | CDI | Capital de Giro | 12.03.14 | 1.344 | - | 1.344 | - | - |
| Outras Instituições Financ. | 10,66% | CDI | diversos | diversos | 370 | 370 | 370 | 370 | 370 |
| | | | | | 90.227 | 70.061 | 90.530 | 70.061 | 108.571 |
| Arrendamento (Leasing) | | | | | | | | | |
| Banco Itaú S/A | 17,10% | Pré-fixada | Leasing | 20.01.12 | - | - | - | - | 3 |
| Banco Dibens S/A | 13,35% | Pré-fixada | Leasing | 28.11.12 | - | - | - | - | 395 |
| Societé Generale leasing S/A | 20,41% | Pré-fixada | Leasing | 24.03.13 | - | - | - | - | 788 |
| | | | | | - | - | - | - | 1.186 |
| Empréstimos para investimento | | | | | | | | | |
| Banco Santander S/A | 9,87% | TJLP | Finame | 15.11.12 | - | - | - | - | 905 |
| Banco Safra S/A | 18,85% | TJLP | Finame | 04.11.14 | 65 | 269 | 65 | 269 | 734 |
| Banco do Brasil S/A | 7,80% | TJLP | Finame | 15.05.12 | - | - | - | - | 176 |
| Banco Sofisa S/A | 10,66% | TJLP | Finame | 15.10.12 | - | - | - | - | 252 |
| União Bancos Bras. S/A | 9,92% | TJLP | Finame | 15.12.12 | - | - | - | - | 217 |
| Banco Catterpillar Financeial | 11,08% | TJLP | Finame | 25.05.14 | - | - | 121 | 611 | 1.315 |
| HSBC Bank Brasil S/A | 14,17% | CDI | Procer | 15.07.12 | - | - | - | - | 4.384 |
| (-) Custos a apropriar s/empréstimos (a) | | | | | (201) | (590) | (201) | (590) | (1.180) |
| | | | | | (136) | (321) | (15) | 290 | 6.803 |
| Empréstimos-aquisição de peças e veículos | | | | | | | | | |
| Bradesco S.A. (Vendor) (b) | 15,25% | Pré-fixada | Capital de giro | diversos | 118.219 | 81.951 | 118.219 | 81.951 | 46.097 |
| Bradesco S.A. | 14,32% | Pré-fixada | Capital de giro | diversos | 7.471 | 4.761 | 7.471 | 4.761 | 6.776 |
| | | | | | 125.690 | 86.712 | 125.690 | 86.712 | 52.873 |
| TOTAL EMPRÉSTIMOS | | | | | 215.781 | 156.452 | 218.576 | 157.579 | 169.889 |
| Circulante | | | | | (197.857) | (139.873) | (200.652) | (140.906) | (144.639) |
| Não Circulante | | | | | 17.924 | 16.579 | 17.924 | 16.673 | 25.250 |

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

| Descrição | Taxa de juros anual | Indexador | Modalidade | Vencimento final | Controladora e Consolidado | | |
|---------------------------------------|------------------------|-----------|-----------------|---------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|
| | | | | | 31.12.2013 | 31.12.2012 | 01.01.2012 |
| Debêntures | | | | | | | |
| 3ª Emissão de debêntures | 14,95% | CDI | Capital de Giro | 10.12.17 | 77.210 | 90.396 | 120.231 |
| (-) Custos a amortizar debêntures (a) | | | | | (914) | (1.285) | (1.657) |
| Total debêntures | | | | | 76.296 | 89.111 | 118.574 |
| | | | | | | | |
| Circulante | | | | | (16.841) | (10.025) | (14.859) |
| Não circulante | | | | | 59.455 | 79.086 | 103.715 |

iii) grau de subordinação entre as dívidas; e

Não ocorreu.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Os principais covenants das debentures são:

a. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”).

O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as disposições relacionadas individualmente na nota explicativa 15 (Debêntures) das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

:

b. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, excluindo as informações trimestrais e os valores referentes a controlada em conjunto, Itapoá, conforme relacionadas individualmente na nota explicativa 15 (Debêntures) das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não se aplica.

g. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Impostos a Recuperar: o valor de R\$ 2.507 referente a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação já foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal e estão disponíveis para compensação com outros tributos federais pela Companhia. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.

Outras Contas a receber:

Valor a receber da SMDO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, da seguinte forma:

- O valor de R\$ 1.068 (R\$ 1.077 em 2012) refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da companhia, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer.
- O valor de R\$ 4.724 (R\$ 6.000 em 2012) permanece em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.

Valor de R\$ 5.449 a receber de Rio Negrinho Participações S/A pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S/A - Mobasa, depositado em uma conta controlada (Escrow) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário.

Valor de R\$ 1.911 a receber da controlada Battistella Ind. e Comércio decorrente da negociação de venda da empresa Mobasa.

Investimentos: A Companhia passou a demonstrar no consolidado o saldo de seus investimentos nas empresas controladas em conjunto, em consequência da adequação ao CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto. No investimento corresponde ao valor de R\$ 57.620 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 49.154 em 31 de dezembro de 2012); no resultado apresenta um resultado negativo de R\$ 12.344 em 31 de dezembro de 2013 (negativo de R\$ 29.552 em 31 de dezembro de 2012).

Imobilizado: Em 2009, houve a redução das atividades com madeira serrada da Battistella Indústria e Comércio Ltda.. Devido à existência de bens desativados, e ativos imobilizados operando com baixo volume de produção, a Administração elaborou, naquele ano, estudos com base em suas análises dos fluxos de caixa preparados de acordos com a projeção orçamentária aprovada pela Administração de acordo com o pronunciamento contábil CPC 1 (IAS 36) -Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Após a conclusão desses estudos, a Administração da Companhia concluiu pela necessidade de registro de provisão para impairment no montante de R\$ 13.227. Desde então, a Administração vem atualizando anualmente os estudos de recuperabilidade dos ativos, tendo concluído em 2013 pela reversão da provisão constituída, de forma a refletir os resultados reais obtidos pela unidade de negócio de Madeiras da Companhia. Em 2013, o estudo realizado demonstrou a possibilidade de reversão da totalidade do Impairment, demonstra que há previsão de lucro também para 2014 e dali por diante naquela unidade. Além disso, para 2014 a Administração prevê revisão nas operações, além da renovação de diversos contratos com suas respectivas adequações para a nova estrutura de negócio.

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, a qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, as linhas da demonstração de resultado são segmentadas em: (i) Veículos pesados, que envolve as atividades relacionadas a venda de veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços; (ii) Logística Porto, que engloba as atividades desempenhadas pelo porto para logística de *contêineres*; e (iii) Florestal, que compreende as atividades de beneficiamento de madeira.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A principal variação da receita entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi decorrente do considerável acréscimo da ROL do segmento veículos pesados em 2013, em comparação a 2012. Isso decorre do aumento nas vendas em virtude do aquecimento do setor pelos investimentos em infraestrutura e safra recorde de grãos. Além disso, em 2012 esse segmento de mercado havia sofrido por conta da implantação da tecnologia Euro 5 (em substituição ao Euro 3).

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Todas as receitas sofrem impacto direto da inflação. Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia foi capaz de efetuar o repasse de grande parte da inflação, mediante a correção dos preços dos produtos e serviços.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que a Companhia possui uma parcela relevante dos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustadas pela composição de diversos índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) e Índice Nacional De Preços ao Consumidor (“INPC”). Os indicadores que impactam o endividamento são TJLP (BNDES-FINAME) e CDI (empréstimos bancários e debêntures).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Como parte do Projeto de venda do segmento florestas, em junho de 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – (“Mobasa”), pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais: A operação anterior que deu origem a esse saldo devedor ocorreu em dezembro de 2010, quando a Companhia vendeu 100% das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que formam o capital social da Sociedade denominada Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A. Os ativos dessa empresa estavam compostos por árvores de pinos e outras espécies, localizadas nos municípios de Bocaina do Sul, Correia Pinto, Bom Retiro, Otacílio Costa e Capão Alto, todos no Estado de Santa Catarina. A venda foi efetuada pelo valor de US\$ 23.100.000 à Sociedade Pyatov Participações Ltda., dos quais estava pendente um saldo remanescente a receber no valor de US\$ 1.500.000, então registrados na conta devedores diversos, referentes as florestas objeto da recompra (Santa Ursula e Santa Luzia).

Foi realizada operação de “dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda.(credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros), dando assim quitação parcial de dívida existente entre as empresas (o saldo em aberto em 31 de maio de 2012 era R\$ 13.051), restando um saldo de R\$ 9.991 naquela data. Tendo em vista que foi utilizado valor de livros nessa transação, nenhum ganho ou perda foi registrado nas empresas.

Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência de 1.614.007 ações da Mobasa correspondente a 6,4967% do capital social pelo valor de R\$ 9.991 (valor de livros), dando assim quitação no saldo existente da dívida entre as empresas.

Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Indústria e Comércio Ltda. (devedora) para Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros) dando quitação parcial do saldo de mútuo existente entre as empresas, conforme nota explicativa 11.

Em 01 de outubro de 2012, com o objetivo de concentrar as ações da Mobasa na Battistella Indústria e Comércio Ltda. (“BIC”), houve transferência das ações entre as empresas, a qual ocorreu através da emissão de 142.707 quotas sociais subscritas e integralizadas pela sócia, aumentando o capital da BIC em R\$ 142.707.

Em 26 de outubro de 2012, a BIC celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S/A, efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da MOBASA de sua titularidade, que representava, aproximadamente 99,30% do capital social e votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R\$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data. Por ocasião da venda da MOBASA, a Companhia apurou ganho no valor de R\$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R\$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R\$ 175.000.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu evento eventos relevantes de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças nas práticas contábeis/Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, cujas alterações afetam o tratamento contábil relacionado aos empreendimentos controlados em conjunto nas informações consolidadas da Companhia, de consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial.

Para que os diversos impactos contábeis do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto fossem avaliados, a Companhia precisou determinar o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida, em relação ao seu investimento na empresa Portinvest e no Porto de Itapoá. A Companhia avaliou e desde que existe controle compartilhado definido no Acordo de Acionistas firmado entre as partes, entendeu-se que se trata de um “empreendimento em conjunto”. Consequentemente, as partes integrantes devem reconhecer seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e devem contabilizá-los adotando o método da equivalência patrimonial.

Para efeito de consolidação das demonstrações financeiras, foi efetuada a transição da consolidação proporcional (método utilizado até então) para o método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao período apresentado comparativamente mais antigo.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Na opinião da auditoria independente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e conseqüente redução de capital de giro. Conforme mencionado na nota explicativa 1, para a reversão desta situação, a Companhia vem reestruturando o perfil do seu endividamento financeiro, alienou parcela significativa de suas atividades e ativos e descontinuu operações deficitárias. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é como segue:

Bases de consolidação e investimentos em controladas e controlada em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para o Porto de Itapoá quanto para a Portinvest, sendo os mesmos classificados como “Empreendimento em Conjunto”, conforme pronunciamento no CPC 19 (R2) –

Negócios em Conjunto. Conforme nota explicativa nº 4, a partir de 1º de janeiro de 2013 os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas não foram consolidadas. Consequentemente, as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial (ver nota explicativa nº 12).

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 13, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011, 2012 e 2013.

Ativos intangíveis

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

Receitas de juros; despesas de juros; descontos recebidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Lucro (prejuízo) básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro (prejuízo) por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo CPC. Os principais objetivos dos controles internos são:

- Manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos nossos ativos e passivos;
- Fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as nossas receitas e despesas estão sendo reconhecidas somente de acordo com as autorizações da nossa administração; e
- Fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada de nossos ativos que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia entende que os procedimentos adotados e sistemas de controles internos são adequados e suficientes e foram desenvolvidos de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e precisas.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No exame das demonstrações financeiras e das, os auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre a Companhia e o ambiente, o que incluiu a análise de controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que os auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas pela Administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação da Administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras).

Na controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários, em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. no valor total de R\$ 450 milhões, e prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência apenas para principal. Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados para liquidação antecipada do empréstimo junto ao BVA S.A..

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes das aplicações dos recursos apresentadas na oferta pública de emissão de debêntures com esforços restritos realizada.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável à Companhia uma vez que não houve desvios na aplicação dos recursos captados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados nas suas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.